



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44

104^a Reunião Ordinária do Conama.

Brasília/DF.
24 de Novembro de 2011.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProiXL Estenotipia

450 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Bom dia a todos e todas. Nós já vamos
46dar início aos trabalhos. Nós vamos começar pelos informes, de modo que
47eventuais votações possam ser processadas quando o nosso quórum estiver
48mais robusto. Ontem eu estava me gabando de estar conseguindo imprimir um
49ritmo mais executivo às reuniões, mas o Volney ontem me superou e nós
50temos pouca coisa para hoje. Vamos tentar ver se até o final da manhã nós
51concluimos a reunião. Volney, vamos em frente.

52

53

540 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Bom dia a todos e a todas. Eu
55acho que nós poderíamos começar com a presença do Secretário Roberto
56Vizentin, começar com o 8.3, informe sobre o ZEE do estado do Pará. Por
57favor, Dr. Vizentin.

58

59

600 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Dr. Vizentin é o nosso Secretário de
61Extrativismo e Desenvolvimento Rural, para quem não conhece. É o detentor
62da melhor oratória do Ministério.

63

64

650 **SR. ROBERTO VIZENTIN (MMA)** – Muito bom dia a todos e a todas.
66Obrigado, Secretário Volney, Adriana. Eu tenho comigo, embora não tenha
67estado aqui ontem, mas que foi apresentado os conselheiros, eu não sei se já
68apreciado ou não, um prédio de tramitação em caráter de urgência do
69Zoneamento Ecológico Econômico da Calha Norte, Zona Leste do Pará. Já foi
70apreciado, não é? Então aqui se trata de um informe, nada mais, quais foram
71as razões que nos levaram a essa solicitação por parte do Governo do Estado
72do Pará e também com o apoio do Ministério do Meio Ambiente e naturalmente
73manifestar a importância dessa discussão aqui no Conselho e nos colocar à
74disposição para esclarecer não só nesse momento, mas durante o período que
75a matéria vai ser debatida. Bom, como sabem, o Conama já apreciou outras
76tramitações de zoneamento. O Zoneamento Ecológico Econômico é
77encaminhado para o Conama, especialmente quando se trata de zoneamento
78dos estados da Amazônia Legal por conta daquele dispositivo do Código
79Florestal, que estabelece que nos estados da Amazônia Legal em que o
80Zoneamento Ecológico Econômico indicar, a recomposição da Reserva Legal
81poderá ser alterada para menor ou para maior, ou seja, reduzida até 50% ou
82ampliada dos 80 para outros percentuais, de acordo com as necessidades da
83manutenção, do funcionamento dos ecossistemas. Então o Estado do Pará já
84fez o seu macrozoneamento em uma abordagem estratégica do ordenamento
85territorial ainda em 2005, já foi aprovado, e passou a fazer um zoneamento em
86uma escala mais detalhada para orientar o processo, sobretudo de ocupação
87daquelas áreas consideradas de consolidação das atividades produtivas. Fez
88da BR 163 e esse pedido então que o Conama aprovou ontem de sua
89tramitação em urgência é da chamada Calha Norte e Zona Leste. A Calha
90Norte, hegemonicamente, ocupada por unidades de conservação e a parte
91leste: unidades de conservação, terras indígenas, e a parte leste é a parte mais
92antropizada do Estado do Pará. Onde que se concentra, inclusive, parte da
93população do Estado. E nessa parte da Zona Leste, o Zoneamento Ecológico
94Econômico do Estado do Pará dessa região precisamente faz essa indicação,

95que para fins de recomposição, a Reserva Legal poderá ser de 50%
96naturalmente quando e sempre quando autorizada pelo órgão ambiental. E
97porque é importante então esse zoneamento do Pará? Porque é justamente
98nessa região em que os principais programas de desenvolvimento econômico,
99produtivo, tanto do Governo Federal como do Governo Estadual se instalam,
100especialmente no caso concreto e por isso a nossa preocupação, aquele polo
101que, no que ano passado, o Governo Federal lançou o Programa de
102Desenvolvimento e Apoio ao Desenvolvimento da Palma, do óleo do dendê.
103Existe por parte da Petrobrás, do Governo do Estado do Pará, do Governo
104Federal, do Setor Produtivo, da sociedade de um modo geral, uma expectativa
105muito grande de instalar nessa região da Zona Leste do Estado do Pará
106realmente um polo produtivo de óleo de dendê, que está muito associado com
107o objetivo ambiental de recuperação daquelas áreas degradadas, uma área
108bastante ocupada já. Então nós estaríamos fazendo uma utilização em bases
109sustentáveis dessa parte leste do estado paraense, especialmente nesse polo
110de instalação do cultivo da palma de dendê. Agora, eu entendo que vai tramitar
111nas Câmaras de Gestão Territorial e de Assuntos Jurídicos, e depois volta para
112a próxima Plenária, que será em março. A intenção, isso era tanto do Governo
113do Estado do Pará como do Governo Federal, é que isso já tivesse tramitado.
114Por quê? Porque uma vez aprovada essa recomendação... Para fins de
115recomposição. Eu estou entendendo que todos aqui estamos alinhados com o
116que significa isso. Não autoriza absolutamente nenhum novo desmatamento. É
117para recompor aquelas propriedades que já foram desmatadas. Ao invés de
118recuperarem 80%, recuperarão só 50% nessas zona indicadas pelo
119zoneamento. Pois bem. A ideia era eu já pudesse ter sido tramitado, aprovado
120ou debatido aqui no Conama, porque nós temos uma janela de oportunidades
121em termos do ano agrícola e climática de plantar agora para poder instalar a
122cultura do dendê. Nós não poderemos fazê-lo, porque a próxima reunião só
123será em março e teríamos que fazê-lo agora. E a Petrobrás já manifestou
124claramente de que não fará os investimentos sem absoluta segurança jurídica,
125ou seja, sem o consentimento do Conama que acate essa recomendação do
126zoneamento do Estado do Pará assim como estabelece o Código Florestal.
127Então sem maiores delonga, esse é o estado da arte. Eu queria apenas
128manifestar de que nós do Ministério do Meio Ambiente estamos absolutamente
129seguros, não apenas nós do Ministério, mas os 14 Ministérios que compõem a
130Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico Econômico que
131zoneamento foi feito rigorosamente de acordo com os procedimentos e
132parâmetros técnicos estabelecidos nas diretrizes metodológicas para o ZEE,
133está alinhado com o que estabelece, portanto, o Decreto e os demais
134regramentos do Zoneamento Ecológico e Econômico e é um instrumento
135fundamental para o esclarecimento, desenvolvimento e geração de emprego,
136renda, recuperação ambiental dessa área do Estado do Pará que é muito
137antropizada e com sérios problemas de natureza social, econômica e
138ambiental. Então esse e o estado da arte. Agora vamos prosseguir com a
139tramitação aqui e prestar todas as informações e esclarecimentos que os
140conselheiros acharem necessários.

141

142

143**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA) – Obrigado, Secretário.**

144

145

146 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perguntas?

147

148

149 **O SR. MIGUEL SCARCELLO (SOS Amazônia)** – Só a título de
150 esclarecimento, eu estou entendendo que a intenção dessa matéria é que vem
151 se decidir que nessas áreas em que seja necessária recomposição, se
152 possibilite o cultivo do dendê. É isso? Da parte leste e isso por conta de nas
153 outras áreas não ser possível, só nessa área? Qual é o motivo e a razão da
154 indicação do dendê e não de uma outra atividade ou cultura, ou não uma
155 recuperação das espécies nativas...

156

157

158 **O SR. ROBERTO VIZENTIN (MMA)** – Miguel, como sabe o Conselheiro, o
159 Zoneamento Ecológico Econômico indica um conjunto de medidas, estratégias,
160 iniciativas. Essa do dendê é uma. Eu dei ênfase para ser absolutamente
161 objetivo e claro. Nós temos um interesse, o Governo Federal, o Governo do
162 Estado, um interesse que é convergente com a questão ambiental, que é a de
163 recuperar parte dessas áreas degradadas, que estão absolutamente
164 antropizadas, com processo de degradação, com atividades produtivas
165 conciliadas com o objetivo ambiental. Então você vai ter que recuperar 50% da
166 sua propriedade com espécie nativa, como reza o Código Florestal, salvo
167 mudanças que venham a ser feitas. Ainda está em tramitação em que pese a
168 votação de ontem, e os outros 50%, assim como está no Código Florestal,
169 pode ser... A expressão não é correta, mas pode ser liberada, pode ser
170 convertida para outros fins, para outro uso, seja lá com floresta cinegética, ou
171 se quiser instalar sistemas agroflorestais, qualquer outro tipo de atividade.
172 Nesse caso, nesse polo, entre tantas outras atividades: integração, lavoura,
173 pecuária, sistemas agroflorestais, mais infraestrutura, logística para as áreas
174 urbanas, o Zoneamento do Pará indica a potencialidade dessa área para o
175 dendê, porque é lá que está instalado o polo, que hoje é muito significativo para
176 o Estado do Pará. Mas é uma das indicações. E nesse caso especialmente
177 implica em um investimento muito forte da Petrobrás Biocombustível, não é? E
178 que naturalmente estava atenta e na expectativa de que essa matéria tivesse
179 resolvido em 2011 para fazer os investimentos. Infelizmente por questões que
180 fugiram ao controle da própria área técnica que elaborou o zoneamento,
181 tramitação, ajustes, nós perdemos a oportunidade. Mas teremos que fazê-lo o
182 quanto antes para poder viabilizar essa política, que é uma política importante
183 não só para o Pará, como para a Amazônia.

184

185

186 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Só para avisar que nós ainda não
187 temos quórum. Então no momento em que nós tivermos quórum, nós
188 interrompemos os informes e abrimos a Ordem do Dia.

189

190

191 **O SR. LUTTI (Planeta Verde)** – O Estado do Pará tem um histórico negativo
192 em termos de conservação de florestas. Eu pergunto o seguinte: tem algum
193 instrumento de fiscalização eficiente do controle da recuperação desses 50%
194 de vegetação nativa?

195

196

197 **SR. ROBERTO VIZENTIN (MMA)** – Conselheiro Lutti, eu naturalmente
198 extrapolo o debate aqui, mas eu acho que todos nós sabemos os problemas,
199 os conflitos que acontecem na Amazônia, particularmente no Estado do Pará,
200 não raras vezes associados inclusive com violência contra trabalhadores e etc..
201 Agora, que o Estado do Pará tem um histórico negativo em relação à proteção
202 das florestas, cabe uma discussão, porque o Estado do Pará tem mais de 70%
203 do seu território absolutamente protegido com unidades de conservação, com
204 terras indígenas e com cobertura florestal original. Então isso área protegidas.
205 Óbvio que isso não anula esse passivo que o estado tem, mas o Estado do
206 Pará tem um potencial tremendo em termos de recursos florestais, minerais,
207 mesmo com a agricultura e a pecuária. Em outras bases. É isso que o
208 Zoneamento procura fazer. Então eu acho que são atividades como essa,
209 repito: entre outras, como a integração lavoura e pecuária mais ao Sul do
210 estado, a recuperação dos assentamentos no Polo de Carajás com sistemas
211 agroflorestais e florestas energéticas é que vai permitir ao estado inclusive
212 manter esse extraordinário patrimônio florestal que ele tem ainda. Então é isso,
213 quer dizer, é um desafio tremendo induzir uma nova trajetória de
214 desenvolvimento no Estado. O Governo está empenhado nisso, mas assim
215 como outros estados da Amazônia, o Pará tem muita floresta ainda. Então
216 vamos lá.

217

218

219 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Deixa-me só dar a palavra para o
220 Estado do Pará e eu que talvez fique mais... Nós temos que depois,
221 encerrando esse ponto, dar mais uma vez a palavra ali, mas para nós
222 avançarmos mais em informe.

223

224

225 **SR. RUBENS SAMPAIO (Governo do Pará)** – Bom dia senhoras Bom dia
226 senhores. Só para confirmar o que o Dr. Vizentin acabou de colocar, nós
227 sofremos no Estado do Pará em função dessa questão do desflorestamento
228 nessa área, nessa região, Sudeste do Estado, muito em função das políticas do
229 Governo Federal no passado, onde se implementou que para se ganhar 50
230 hectares de área do Governo Federal, teria que desmatar a metade. Então, em
231 função da ocupação dessa região do nosso Estado e das políticas no passado,
232 é que houve esse problema do desflorestamento nessa região. Eu fico à
233 disposição também dos senhores e das senhoras para qualquer
234 esclarecimento que for preciso.

235

236

237 **SR. LUTTI (Planeta Verde)** – Desculpe, mas a resposta não foi suficiente.
238 Não tenho nada contra o Zoneamento. Eu acho que ele é de suma importância
239 para manter as unidades de conservação. Unidades de conservação é uma
240 coisa. As outras áreas protegidas são outras. Esses 50% de reflorestamento,
241 de recuperação, ele precisa de uma proteção. A pergunta é exatamente essa:
242 existem instrumentos eficazes para garantir que esses 50% que forem
243 recuperados mantenham-se em pé? É só isso.

244

245

246**O SR. ROBERTO VIZENTIN (MMA)** – Eu estou entendendo que o Conselheiro
247até propõe uma pauta permanente para esse Conselho, não é? Aliás, é bom se
248recupere que quando nós aprovamos o Zoneamento da BR 163 nesse mesmo
249procedimento, rito, o Conama estabeleceu recomendações que fossem
250exatamente nessa direção: que dotassem os órgãos do Governo Federal,
251Governo Estadual e que o próprio Conama fosse de tempo em tempo
252informado sobre as medidas concretas de implementação das recomendações
253do zoneamento, entre elas essa, por exemplo, de criar programas de incentivo
254para a recuperação dessas áreas que efetivamente terão que ser recompostas
255como Reserva Legal, assim como o Acre, quando aprovou o seu zoneamento,
256imediatamente criou um programa de recuperação das áreas de Reserva
257Legal, um incentivo aos produtores. No caso do Governo do Pará, existe
258também no próprio zoneamento, um conjunto de indicações de incentivos de
259natureza econômica e de apoio aos produtores para fazer essa recuperação e,
260de forma mais geral, na revisão do Código Florestal, isso foi aprovado ontem
261no Senado e hoje está estão sendo apreciadas as emendas, mas não tem
262nenhuma contrária, o Governo Federal terá 180 dias para elaborar um
263programa federal de incentivo à recuperação de áreas degradadas,
264recomposição de Reserva Legal e manutenção das APPs. Então, para além
265dos instrumentos já à disposição, que são insuficientes, é verdade, essa é uma
266das razões porque é tão difícil para o produtor recuperar as suas áreas, nós
267teremos agora, por determinação da nova legislação, o novo Código Florestal,
268a obrigação de estabelecer não apenas um programa, mas uma política de
269recuperação e apoio à manutenção das áreas da preservação. Então eu acho
270que vem em boa hora o seu questionamento e o debate também sobre o papel
271do zoneamento nesse processo.

272

273

274**O SR. RONALDO HIPOLITO (SRHU/MMA)**- Bom dia a todos. A pauta de hoje
275do informe sobre o Plano foi solicitada pela Secretaria em função de que o
276Decreto que regulamentou a Lei 12.305, que coloca os parâmetros para
277elaboração do Plano Nacional, coloca aqui em um dos itens a serem
278contemplados, é a aprovação pelos Conselhos Nacionais de Meio Ambiente,
279de Recursos Hídricos, de Saúde e de Agricultura dessa proposta da versão do
280Plano Nacional. Eu fiz uma apresentação lá que está meio grande, mas eu vou
281correr com ela para dar uma contextualização de como se deu aprovação da
282política e de como ela se deu no momento e como está no momento a
283discussão do Plano Nacional. Esses quadros iniciais são só para nós
284verificarmos o que vocês já sabem: são os problemas que nós temos com os
285resíduos sólidos no Brasil e mundo. Baseado nesse problema aí, o Governo
286Federal, na década de 2000, resolveu fazer um investimento maciço para a
287construção de aterros municipais, para mudar um pouco esse quadro. Então
288foram feitos os investimentos e esses investimentos geraram aterros sanitários
289em condições ambientalmente adequadas. Acontece que esses aterros não se
290mantiveram assim. Tiveram, graças a alguns problemas... Eles voltaram a ser
291lixões em função de vários motivos que nós estamos elencando aqui. Então
292esses motivos são as prováveis causas que nós detectamos que poderiam ter
293levado a acontecer isso: um investimento que pouco tempo se deteriorava.
294Então o problema era a falta de escala dos resíduos, é a falta de capacitação

295dos municípios e que a proposta colocada seria trabalhar com a consorciação
296de municípios, a (...) e também com a capacitação dos municípios. Aí está um
297gráfico, que coloca como fica a escala dos valores necessários para
298manutenção de um aterro sanitário. Vocês podem ver que em um aterro
299sanitário de pequeno porte e para população pequena, nós precisamos de mais
300de R\$ 300,00/ano/habitante para mantê-lo. E você, elevando isso para um nível
301mais alto de população, você vê que esse índice cai em torno de 10 a 15
302vezes. Então a ideia para trabalhar a Política Nacional... Isso aconteceu em
3032007, quando o Governo Federal resolveu fazer essa discussão interna e
304mandar um substitutivo à Câmara dos Deputados. Levando em consideração,
305esse quadro, nós colocamos a proposta da Interfederação e da consorciação e
306o uso dos catadores no manejo. Então, a partir de 2008, o Ministério do Meio
307Ambiente, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
308começou a fazer alguns estudos de regionalização. Ela começou a fazer
309convênios com os estados para os estudos de regionalização. Hoje nós temos
31018 estados conveniados e desses aí, em torno de 09 já estão com seus
311estudos prontos. Aí está o quadro dos estados, que têm esses estudos em
312andamento. E a partir daí, aí o modelo que nós estamos propondo, que foi
313proposto na Política Nacional, é esse modelo que está colocado aí: nós
314trabalhamos com a coleta seletiva, trabalhar com os aterros sanitários,
315trabalhar com as plantas de reciclagem de entulho da construção civil, trabalhar
316com o apoio dos catadores. Então essa é a proposta que está no Plano. Então,
317a partir daí, ali a Política Nacional que foi aprovada. Ela traz algumas diretrizes
318básicas e essas diretrizes é que nós estamos colocando dentro do Plano
319Nacional, que são as diretrizes da responsabilidade compartilhada, as diretrizes
320do consorciamento, esse tipo de coisa. Esses são os principais objetivos das
321diretrizes gerais. Aí está a responsabilidade compartilhada, estão os acordos
322setoriais e a logística reversa. Aqui são alguns dos instrumentos mais
323importantes que têm dentro da Política Nacional. Então o que são esses
324instrumentos? Esses instrumentos, eles dizem que a responsabilidade é de
325todos. Então a responsabilidade pelo resíduo passa pelo fabricante, pelo
326distribuidor, pelo comerciante e passa também pelos consumidores até chegar
327nos órgãos públicos municipais, que soa os responsáveis pela gestão de
328resíduo. Aqui é um diagrama de como funciona a logística reversa. A logística
329reversa é um dos pilares, é onde a responsabilidade do produtor e do
330comerciante e do importador tem para com o seu produto após o seu a sua
331vida útil. Então esse diagrama representa como seria o trabalho dessa
332logística. A logística reversa hoje no Plano foi, através do Comitê Orientador,
333que é um comitê de 05 ministros, foi indicado ao trabalho em 05 grupos
334temáticos iniciais e que estão em andamento. Um deles é a embalagem de
335óleos lubrificantes, que já está com o seu edital para ser colocado na praça, o
336edital de proposta de acordo setorial, o de lâmpadas, lâmpadas mercuriais,
337lâmpadas mistas, que também está em vias finais de acerto da proposta de
338acordo setorial também para ser colocada... Além desses, nós temos o de
339medicamentos e de embalagens em geral. Então nós temos esses grupos
340trabalhando. Aí coloca quais que a lei determina como os principais grupos que
341devem trabalhar. Alguns desses que estão aí não foram citados porque foram
342deixados para a segunda etapa, porque já tem alguns normativos fortes, do
343Conama inclusive. E na lei, ela coloca essa prioridade de trabalho para os
344resíduos sólidos: não geração, redução, reutilização e o tratamento e, a partir

345daí, a destinação final. Então esse é o cronograma, é a priorização dos
346resíduos sólidos. Então, chegando nesse momento, eu vou colocar como está
347a arte do Plano Nacional. O Plano Nacional é um dos instrumentos da Política
348e o art. que 15 da lei coloca quais são os parâmetros necessários para
349construir. Diz que o Comitê Interministerial, que é o Comitê formado por 10
350ministérios mais a Casa Civil e a Secretaria de Relações Institucionais da
351Presidência é o responsável pela elaboração desse Plano. Esse Comitê
352interministerial formou 05 grupos para dividir os temas para discutir as
353diretrizes, estratégias e metas que seriam propostas para a versão preliminar.
354No diagnóstico foi contratado os trabalhos do IPEA para que ele fizesse um
355diagnóstico geral em três meses, no começo do ano, para que nós
356apresentássemos como diagnóstico dos resíduos sólidos no Brasil que tem
357algumas deficiências pela falta de informação existente nas várias áreas. E foi
358utilizado o cenário do PLANSAB no componente dos resíduos sólidos, que é
359um cenário que foi feito, foi elaborado há pouco tempo, já que o Plano Nacional
360de Saneamento Básico também está em vias de aprovação. A partir daí foi
361apresentado à sociedade, em uma reunião do próprio Conama, a versão inicial
362do Plano e que nós estamos hoje em debate público. Nós já fizemos 05
363audiências regionais nas 05 regiões do país: Centro-Oeste, Sul, Sudeste e
364Nordeste e Norte e está programado para 30 de novembro agora e dia 1º aqui
365em Brasília a Audiência Pública Nacional que acontecerá no Parla Mundi, na
366LBV. Nós temos já colocado nessa versão inicial a consolidação das
367contribuições das cinco regiões do país e como ele também está em Consulta
368Pública via Internet, ainda está em Consulta Pública, nós temos já em torno de
369250 contribuições que vieram através da Consulta Pública. Na Audiência
370Pública nós tivemos em torno de 1000 emendas colocadas e que nós estamos
371sistematizando. E a proposta, a partir daí, fechada essa consolidação, é levar
372esse Plano, depois dessa reunião da Audiência Pública Nacional, será levado
373ao Comitê Interministerial, que dará o aval e fechará a proposta do Plano
374Nacional e esse Plano deverá também ter o aval desses conselhos que eu citei
375aqui para aí sim ser encaminhado para a Presidência da República. Aí, a partir
376daí, nós devemos publicá-lo. A ideia é que essa publicação seja feita em torno
377de março do ano que vem, entre março e abril do ano que vem nós tenhamos
378feito essa publicação. É por isso a solicitação da nossa urgência nesse assunto
379também. Muito obrigado.

380

381

382 **SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Eu vou passar
383rapidamente o informe dos pneumáticos.

384

385

386 **A SRª. RENATA ARANHA (IBAMA)** – Bom dia. Sou da Coordenação de
387Controle de Resíduos e Emissões da Diretoria de Qualidade Ambiental do
388IBAMA. Bom, nós vamos fazer em informe sobre o relatório da Resolução
389Conama 416, de 2009, que trata da obrigação das empresas fabricantes e
390importadoras de pneus novos de coletar e destinar os pneus inservíveis
391existentes no território nacional. Antes da mais nada, eu quero informar que a
392íntegra do relatório está no *site* do IBAMA, na página de qualidade ambiental
393que tem mais dados e está mais detalhado e que esses dados apresentados
394no relatório têm como fonte a declaração das próprias empresas fabricantes e

395importadoras no Cadastro Técnico Federal e o prazo que consta nesse
396relatório é de outubro de 2009 a dezembro de 2010, pois a Resolução passou a
397vigorar dia 1º de outubro de 2009. Então nós achamos melhor não separar
398esses dois períodos. Bom, nessa primeira tabela nós vemos a meta de
399destinação de pneus inservíveis total para esse período, que foi de 560.337
400toneladas e o saldo de destinação realizado declarado de 550.107 toneladas.
401Na segunda tabela dá para ver separado pelo grupo dos fabricantes e dos
402importadores. Os fabricantes cumpriram com a meta de destinação e os
403importadores de pneus, 87,04% que cumpriram. Essa meta de destinação é
404conseguida pela aplicação da fórmula do mercado de reposição, que é: os
405pneus produzidos mais os pneus importados menos os exportados e os que
406equipam veículos novos. Isso já também descontado 30% pelo desgaste do
407pneu. Esse gráfico demonstra as principais atividades de destinação que foram
408declarados no nosso Cadastro Técnico Federal e 50% da atividade declarada
409refere-se ao co-processamento dos pneus inservíveis em fábrica de cimento.
410Tem também um pouco de laminação, reciclagem, regeneração e
411industrialização do (...). Esse outro gráfico também é só para demonstrar a
412destinação dos pneus inservíveis por Unidade da Federação. 13 estados se
413destacam, que são Minas Gerais, Pará e São Paulo, onde se concentram
414grande quantidade das empresas destinadoras. Por último, só lembrar que
415esse relatório está na página do IBAMA, na página de qualidade ambiental e
416que também o IBAMA está tomando as providências cabíveis na parte de
417fiscalização e controle para garantir o cumprimento de 100% também por parte
418dos importadores. Então nós colocamos à disposição para qualquer
419esclarecimento.

420

421

422**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado. Agradecemos ao
423IBAMA. Eu acho que nós já temos quórum. A representante da ANA... Vamos
424fazer depois então o informe sobre a vazão remanescente e vazão ecológica.
425Então nós passaríamos agora de pronto, agora dando continuidade, na análise
426das emendas da revisão de Resolução 307. A Dra. Zilda poderia apresentar...
427Eu acho o que Marcelo e a Dra. Zilda acertaram algumas emendas. Não sei
428se... Poderíamos apresentar e aí esclarecer a Plenária no mérito dessas
429emendas.

430

431

432**A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – As emendas são relativas ao
433art. 1º da proposta, que modifica o inciso 9º. São duas inserções. Eu não tenho
434ela escrita aqui. Está lá na tela para os senhores. Tecnicamente adequada, na
435segunda linha, e ao final, recuperando o texto atual, sem causar danos à saúde
436pública e meio ambiente seria inserido antes de “devidamente licenciado pelo
437órgão ambiental competente”. E no final, no art. 3º da Resolução proposta, a
438inserção do art. 12, que o art. 12 também perdeu a função dele aí no texto
439original. Ele fala em prazos, então é aquela justificativa que eu dei ontem, de
440alteração de prazos. São essas as emendas propostas e que o Ministério
441concorda com a modificação.

442

443

444**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Obrigado, Dra. Zilda. Algum
445esclarecimento? Se não há nenhum esclarecimento, vamos votar em bloco as
446duas emendas. Aqueles conselheiros que são favoráveis às emendas
447apresentadas agora pelo Ministério do Meio Ambiente, por favor, levantem o
448seu crachá. Obrigado. Aqueles que são contrários? Abstenções? Então estão
449aprovadas as emendas e a Resolução está aprovada como um todo.

450

451

452**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós estamos com uma dúvida aqui, se
453nós fazemos o ultimo informe ou se passamos para a votação das moções.

454

455

456(*Intervenção fora do microfone*)

457

458

459**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Falta um informe só. Dr.
460Francisco Viana, Superintendente de Fiscalização da ANA está presente e vai
461nos dar esse informe aqui em relação à vazão remanescente. Primeiro o
462Maurício?

463

464

465**O SR. MAURÍCIO ANDREAS (ANA)** - Bom dia. Nós vamos fazer, em nome da
466ANA, um informe entre integração entre o CNRH e o Conama com foco
467específico na questão de vazão mínima remanescente e vazão ecológica. Eu
468vou dar inicio aqui rapidamente a alguma introdução geral e depois o Dr.
469Francisco Viana vai falar sobre a questão específica de vazão mínima
470remanescente e vazão ecológica. Bom, basicamente aí o arcabouço legal, a lei
471da Política Nacional do Meio Ambiente, a 6.938, de 81, a lei da Política
472Nacional de Recursos Hídricos, a lei 9.433, de 97 e em 2000, a lei de ANA,
4739.984, que cria a Agência Nacional de Águas. Bom, no Sistema Nacional de
474Gestão de Recursos Hídricos existe o CNRH, que promove a articulação do
475planejamento de recursos hídricos com outros planos, a PROV acompanha o
476Plano Nacional de recursos hídricos, arbitra conflitos entre os conselhos
477estaduais, estabelece diretrizes para a Política de Recursos Hídricos para
478aplicação de instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gestão de
479Recursos Hídricos, estabelece critérios de cobrança e outorga e as diretrizes
480da Política Nacional de Segurança de Barragens. A composição do CNRH é
481um pouco diferente da do Conama. Do Governo Federal são 29, a ANA é um
482dos 3 conselheiros do MMA. Existem 10 representantes de conselhos
483estaduais e distrital de recursos hídricos, 12 representantes dos usuários,
484irrigantes, abastecimento de água, geradores e energia, hidrovias, indústria,
485turismo, lazer e pesca e organizações civis, 6, totalizando 57 Conselheiros.
486Bom, aqui é mais para poder falar um pouco dos instrumentos de gestão
487ambiental e de gestão de recursos hídricos. Por tipos de instrumentos, a lei
4886.938, a lei do meio ambiente define padrões de qualidade ambiental, como ela
489fez, por exemplo, com 357, a 430, que define esses padrões, os instrumentos
490de ordenamento territorial e espacial. No caso da lei ambiental, tem o ZEE,
491zoneamento ambiental, unidades de conservação e, no caso da lei 9.433 tem
492os planos de recursos hídricos, plano nacional, estadual e de bacia hidrográfica
493e o enquadramento de corpos d'água. Nos instrumentos de comando e

494 controle, avaliações de impacto, licenciamento ambiental e penalidades,
495 existem na lei ambiental e a outorga de direito de uso de recursos hídricos e
496 penalidades, na lei de recursos hídricos. Instrumentos econômicos também
497 existem nas duas leis, por exemplo, a concessão florestal, servidão e seguro
498 ambiental na lei ambiental e cobrança pelo uso dos recursos hídricos na lei
499 433. E existem instrumentos também de informação, sistema de informação
500 sobre meio ambiente na lei ambiental e sobre recursos hídricos na lei de
501 recursos hídricos. Aqui é apenas para mostrar que já existe um trabalho de
502 articulação em andamento entre os dois sistemas, o SISNAMA e o SINGRAN e
503 também entre o Conama e o CNRH traduzido nessas várias resoluções que
504 foram aprovadas aqui no Conama e lá no CNRH. No Conama, por exemplo,
505 entre as principais resoluções, estão a 357, de 2005, que dispõe sobre a
506 classificação de corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu
507 enquadramento, e a 396, de 2008, que dispõe sobre a classificação e diretrizes
508 ambientais para o enquadramento de águas subterrâneas. E agora este ano foi
509 aprovado aqui no Conama a Resolução 430, que dispõe sobre condições e
510 padrões de lançamento de efluentes. Ela destacou um capítulo da 357 e se
511 transformou em uma Resolução específica sobre esse assunto. Lá no CNRH
512 existem também algumas resoluções que têm trabalhado nessa interface: a
513 número 65, de 2006, que estabelece diretrizes de articulação de procedimentos
514 de obtenção da outorga de direitos de uso de recursos hídricos com os
515 procedimentos de licenciamento ambiental, a número 91, de 2008, que dispõe
516 sobre os procedimentos gerais para o enquadramento de corpos d'água,
517 superficiais e subterrâneos e este ano agora foi aprovado lá no CNRH a
518 Resolução 129, que estabelece diretrizes gerais para a definição de vazões
519 mínimas remanescentes. Isso aí exatamente foi objeto de uma moção que
520 aconteceu aqui no ano passado no Conama e que inclusive motivou essa
521 apresentação aqui hoje. Eu vou passar a palavra agora ao Dr. Viana para dar
522 seguimento à apresentação sobre a questão de vazão mínima remanescente e
523 vazão ecológica.

524

525

526 **SR. FRANCISCO VIANA (ANA)** - Bom dia a todos e a todas. Sou
527 Superintendente da Área de Regulação, que envolve os instrumentos básicos
528 de controle do uso da água. Então antes de entrar... Não é nossa intenção
529 produzir aqui uma aula de hidrologia geral; vou simplesmente colocar alguns
530 pontos que fazem essa interface entre o controle... Entre o comando e controle
531 que se usa nos recursos hídricos e no meio ambiente como um todo. Só
532 ressaltando, antes disso, do que o Maurício colocou, essa área entre os dois
533 sistemas tem uma área realmente de articulação muito forte preconizada na lei
534 dos recursos hídricos, que integra os dois sistemas, SINGRE e SISNAMA, mas
535 eu gostaria de ressaltar pontos do que o Maurício falou, dos instrumentos, tudo
536 que liga, que eu acho que são palavrinhas que explicam muita coisa, quer
537 dizer, se nós pudéssemos colocar uma palavra apenas para diferenciar esse
538 dois sistemas, eu diria o que SISNAMA está mais ligado fortemente com a
539 preservação. É claro que tem uso, tem controle, tem todos os instrumentos que
540 o Maurício citou e mais alguns outros derivados desses. E a parte de recursos
541 hídricos, nós poderíamos, se tivéssemos que encontrar uma palavra pequena
542 que pudesse diferenciá-lo do meio ambiente como um todo, eu diria que era o
543 uso da água. Um foca muito mais a preservação e o outro foca mais o uso. Isso

544no sentido, evidentemente, que tem as suas... Todos eles têm uso, o meio
545ambiente também tem, mas na verdade é uma palavra que ressalta.
546Evidentemente que no caso de recursos hídricos nós temos algumas outras
547coisas que complementam melhor a forma de utilizá-lo. É uma caracterização
548na lei, na legislação de que esse uso, esse recurso hídrico, esse recurso
549ambiental chamado recurso hídrico, que o Mauricio colocou lá: não há uma
550definição formal na lei, mas ele está associado com uso. Ele está muito
551caracterizado com o fato de que esse recurso água é limitado e que ele é
552dotado de valor econômico. Então essas três palavrinhas: uso, limitado e
553dotado de valor econômico, isso caracteriza bem o foco geral que nós damos
554na parte de recursos hídricos. O que nos foi pedido para a ANA foi caracterizar
555melhor como nós fazemos isso na prática. Esse hidrograma é só uma
556caracterização da variação das vazões, que é a passagem de água em um
557ponto do rio. Então você tem um ponto fixo. A vazão oscila ao longo do tempo:
558ao longo do dia, do mês, do ano dependendo do tipo do rio. Nós vamos usar
559esse hidrograma logo na frente. É só para caracterizar um pouco a
560variabilidade que tem em um ponto ao longo do tempo. Essas vazões soam
561caracterizadas no rio como aquelas vazões de controle das vazões mais altas,
562que são importantes para limitar as cheias, as ocorrências de cheia e evitar
563danos e considerados usos adequados, bem como as vazões mínimas, as
564vazões baixas. É nesse caso das vazões com maior garantia com maior
565garantia, as vazões baixas que nós precisamos estar associados ao conceito
566tanto de vazão mínima, como de vazão remanescente. Já detalhando mais
567essa vazão com maior garantia e menor garantia. Nós temos as vazões
568excedentes, que são aquelas ações que provocam as inundações e as cheias,
569que precisam ser controladas, as vazões para consumo antrópico, que é a
570vazão que é outorgável, que é a vazão que os usos são autorizados e tem
571aquelas vazões que devem permanecer em um ambiente, que são as vazões
572mínimas, as vazões de referência e as vazões chamadas mínimas
573remanescentes. Essa Resolução então do CNRH foi no sentido de caracterizar
574melhor para que todos os órgãos estaduais... Enfim, uma orientação básica
575para o Sistema Nacional de Recursos ter os mesmos conceitos, porque você
576tinha alguns estados.. Ainda temos hoje, que utilizam determinado tipo de
577comando e controle sobre as vazões, mas nós procuramos nessa Resolução
578do Conselho Nacional fazer um pouco uma padronização desses conceitos.
579Então é definido de maneira bem simples a vazão mínima remanescente como
580a menor vazão a ser mantida no curso d'água. É uma coisa simples. Isso varia
581ao longo do tempo evidentemente, como nós mostramos naquele hidrograma,
582mas a mínima e a mínima que passou... Se nós estamos trabalhando no
583período de um ano, é a mínima anual. Se nós estamos trabalhando em um
584período de 10 anos, seria a mínima dos 10 anos, a mínima dos 30 anos, enfim.
585Você vai sempre estar associado com um período de caracterização dessas
586vazões. A vazão de referência é uma vazão mínima que está associada com
587um coeficiente de probabilidade de ocorrência. Esse é um detalhamento da
588Resolução que eu não vou entrar para nós tentarmos caracterizar melhor. Esse
589eu acho que... Esses numerozinhos aí, você tem 1, 2, 3 e 4. O 1 são as vazões
590mínimas mesmo. O que é a vazão mínima no ano? Esse é um hidrograma, daí
591eu ter colocado aquele hidrograma no início. É para nós mostrarmos a variação
592da água no rio ao longo do ano. Então, o que é nesse hidrograma anual a
593vazão mínima? É aquela que ocorreu minimamente naquele ano durante todos

594aqueles meses lá. Então a vazão mínima é o 1 ali. São aqueles mínimos que
595cada mês está associado com a vazão mínima. O 2 está colocando as vazões
596máximas mensais também ao longo do hidrograma lá. Então ela está lá, aquele
597amarelinho, durante a estiagem, ou seja, durante o período de águas baixas do
598rio, durante os períodos de seca nós temos as vazões máximas de estiagem.
599Nos períodos de seca. Temos as vazões mínimas da cheia anual, essa
600vermelhinha lá, o 3. Isso caracteriza... Você vê o hidrograma roxinho lá. Ele
601está pegando a vazão máxima. Essa é a vazão máxima anual. Essa é a vazão
602mínima da menor cheia que teve no ano. Da mínima cheia que teve no ano.
603Não é a mínima absoluta vazão. É a mínima cheia. O período de cheia é esse
604período desse hidrograma, caracterizado entre os meses de janeiro, fevereiro,
605março. O 4 caracteriza as pequenas cheias no início, quer dizer, você tem
606associado a cada tempo, a cada período do ano, um tipo de vazão de controle.
607são dados assim, bem específicos. Vamos falar um pouquinho de vazão
608ecológica. O que se usa na outorga? O que se autoriza o uso? Autoriza-se
609sempre, no caso do hidrograma, aquele volume de água que é disponível, que
610respeita uma vazão mínima no rio e quando há uma interferência, tipo a
611hidrelétrica, que tem que levar água para um determinado ponto ter uma maior
612queda, há em trecho de vazão remanescente que nós chamamos... Que
613precisa ser mantida uma vazão mínima lá nesse trecho. Então isso também
614está associado com essas vazões que devam ser mantidas no rio para manter
615a biota, para manter o uso e se tiver uso nesse intervalo, os usos consultivos
616que possam ser aferidos para tal. A vazão ecológica... Esse é um conceito... Eu
617não diria tão novo, mas um conceito muito abrangente e muito importante e
618que nós estamos utilizando com muita parcimônia, apesar da riqueza
619conceitual que envolve, mas as dificuldades de mensurá-las. Vamos mostrar
620um pouco o que é isso. Então você tem um hidrograma de novo de uma
621determinada cheia e você tem essa variação no mês. A vazão ecológica é a
622vazão que você pode utilizar, diferentemente mês a mês, mantendo a biota
623com a garantia daquelas vazões da cheia mínima, daquela cheia que tem que
624ser ecologicamente mantida no rio. Evidentemente que essa cheia mínima são
625cheias que já ocorreram. Então durante cada um desses meses que foram
626citados, nós temos essa barrinha laranja, que caracteriza a manutenção, o
627respeito. Essa vazão nunca vai ficar no rio menor do que ela já esteve durante
628esse mês. Por outro lado, essa faixa verde é a fase que você pode autorizar os
629usos para manter aquela remanescente no rio. A dificuldade que tem é que
630ecologicamente falando, a natureza é muito complexa. Você precisa, em
631alguns meses, ter um excedente para desenvolver a criação de um peixe,
632enfim. Para atender os requisitos de uma biota as coisas não são tão simplistas
633como atender uma situação que durante um mês de um determinado ano
634aquilo aconteceu. A coisa não é tão determinística assim. Então esse respeito
635a essa vazão mínima é importante. A utilização dessas vazões excedentes a
636essa mínima que já ocorreu é que nós associamos com o respeito ecológico,
637que nós estamos chamando de vazão ecológica, mas nós temos que ter, no
638caso, um dado que o meio ambiente utilizou e a ANA também acatou de mais
639significação, que foi utilizado esse conceito de vazão ecológica, foi na Volta
640Grande do Xingu, tanto na licença quanto na outorga do ANA foi feito um
641hidrograma desse. Evidentemente que com todas as cautelas que nós tivemos
642junto com o IBAMA, uma discussão muito interessante, nós terminamos
643acatamos com alguns coeficientes de ignorância associados, ou seja, com

644algumas indicações. Por exemplo, foi colocado que a cada 2 anos seria dada
645uma cheia adicional, não respeitando apenas essa mínima que já ocorreu lá,
646que no caso são 700 m³ por segundo na Volta Grande. Na verdade,
647historicamente tem valores um pouquinho menor, de até 600 m³ foram medidos
648lá em alguns meses. Mas foi dada essa variação mensal e foi dada uma
649descarta a cada dois anos de valor maior para equacionar coisas que nós não
650conhecemos essa demanda exatamente. Então o conceito é rico. Há tendência
651de que na medida que se avance no conhecimento, nós consigamos avançar
652mais, quantificar melhor essa demanda da água para a biota e
653consequentemente, e aí sim, nós usarmos de maneira mais generalizada. Hoje
654o uso de vazão ecológica ainda é restrito a alguns projetos onde se tem mais
655informações, requer interpretações conceituais adicionais e difíceis
656mensurações ainda em alguns casos. Então ficava aqui essa mensagem
657otimista. Nós da área do uso, da área da regulação do uso temos isso como
658uma expectativa muito interessante, mas sabemos da dificuldade de mensurar
659essas demandas ecológicas em um processo com variação ao longo do ano no
660atendimento dessas vazões. Eu ficaria por aqui e abriria para alguma
661solicitação que vocês pudessem formatar. Muito obrigado.

662

663

664**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – É importante a apresentação,
665mostrando essa articulação entre a gestão de recursos hídricos, gestão de
666meio ambiente e com temáticas que nós temos, de forma recorrente, discutido
667aqui quando trata dos usos de recursos hídricos. Algum esclarecimento? Eu
668agradeço ao Dr. Maurício, Dr. Francisco e nós passamos então ao nosso
669próximo ponto da pauta, que é avaliação das moções.

670

671

672**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – A boa notícia é que são só 20. Então
673nós vamos ter um processo, digamos assim, estruturado, expedito para
674processá-las. Volney, por favor. Não me deixe só. São só 20 moções que nós
675vamos votar. Nós pedimos só praticidade do Plenário para nós podermos dar
676conta do recado, respeitando o caráter democrático das nossa deliberações.

677

678

679**O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – Vamos organizar então o
680processo, quer dizer, vamos começar pela 07... Eu peço para a Adriana. Já
681quem for fazer a defesa da moção, o pedido de vista, já se aproxime do
682microfone para nós conseguirmos dar vazão aí a toda essa vazão
683remanescente de moções que nós temos hoje aqui.

684

685

686**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Só lembrando que sendo 20 moções,
68720 posições a favor e 20 posições contrárias, já são 40 intervenções. Então,
688por favor, as mais curtas possíveis. Obrigado.

689

690

691**A SRª. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – A primeira moção é uma
692proposta para que o ICMBio reavalie a área de ampliação do Parque Nacional
693da Serra das Confusões. Houve o pedido de vista do ICMBio. Dr. Rômulo.

694

695

696 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – É a 16ª vez, eu acho... Toda reunião
697 do Conama nós temos certa confusões. Eu peço que o Dr. Rômulo então
698 caminhe com a rapidez possível.

699

700

701 **O SR. RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO MELLO (ICMBio)** – Bom dia a
702 todos e todas. Eu acho que é a 17ª. Eu não vou fazer todo o histórico dessa
703 questão de novo. Vou tentar ser bem objetivo. Nós estamos nos posicionando
704 contra a moção e eu vou tentar explicar rapidamente as razões. A ampliação
705 do Parque Nacional da Serra das Confusões nasceu de uma discussão feita
706 entre o Ministro Minc e o Governador Wellington Dias do Piauí à época, que em
707 função de uma discussão que havia na região de que se nós tínhamos naquela
708 região Mata Atlântica ou não, o Ministro Minc nos orientou que independente
709 dessa discussão, que nós procedêssemos à ampliação do Parque Nacional da
710 Serra das Confusões. O nosso pessoal foi para campo. Fizemos várias
711 avaliações e foi um trabalho muito difícil, porque o nosso pessoal chegou a ser
712 seguido em vários momentos por grupos, ora por grupos interessados em
713 ampliar, hora por grupos não interessados no processo. O fato é que nós
714 passamos basicamente um ano no processo não só de vistorias de campo,
715 mas em um processo exaustivo de negociações. O Ministro Minc nos
716 determinou que negociássemos com o governo do Estado do Piauí e os
717 demais interessados de forma que nós assegurássemos a ampliação do
718 Parque. O Parque foi ampliado em quase 300 mil hectares. Grande parte das
719 áreas excluídas, parte delas foi excluída em função da negociação do Governo
720 do Estado do Piauí com a Federação dos Agricultores. Parte dela foi excluída
721 em função das negociações do Instituto Chico Mendes diretamente com a
722 CONTAG. Essa parte que foi excluída em função das discussões com a
723 CONTAG se deu em função de que na área, se eu não me engano, chamada
724 Paixão do Viana, há ocupação por pequenos e nós havíamos feito um acordo
725 com o Governo do Estado e a orientação do Ministério é que evitasse esse
726 conflito com pequenos agricultores já tradicionais e instalados naquela região.
727 Nesse período, o Governo do Piauí fez uma negociação com o Presidente da
728 República, que determinou que esses 300 mil hectares fossem indenizados.
729 Foi encaminhado um Projeto de Lei ao Congresso Nacional, que aprovou que
730 nós indenizássemos o Estado pelas terras em cerca de R\$ 150.000.000,00. Ao
731 longo desse tempo o Governo do Estado do Piauí vem cancelando títulos e
732 suspendendo títulos irregulares em um processo exaustivo também tratando na
733 justiça. Nós já pagamos parcialmente. Nós temos ainda tratando cerca de R\$
734 100.000.000,00 ainda que estão no caixa do Instituto Chico Mendes para ser
735 feita essa indenização ao Estado e aí é um princípio da indenização indenizo
736 porque o Governo Federal do Estado do Piauí tinha a intenção de leiloar essas
737 terras e a decisão da conservação e indenização disso foi tomada pelo
738 Presidente. Além disso, o Ministro Minc determinou que se fizesse um trabalho

29

15

739para refinar as informações técnicas se aquela região é Mata Atlântica, é área
740de domínio de Mata Atlântica ou não é área de domínio de Mata Atlântica.
741Então, a perspectiva de nós estudarmos isso está totalmente relacionada à
742definição dessa discussão. Nós temos informações de o que IBGE deve estar
743publicando alguns resultados técnicos que podem nos ajudar a esclarecer isso.
744E no momento nós sugerimos, estamos nos posicionando contrários,
745aguardando que esses estudos venham a ser feitos para que aí sim, nós
746possamos dar encaminhamento. Nós entendemos que nesse processo de
747negociações os resultados que nós tivemos na ampliação do Parque são
748importantíssimos. Nada desse processo foi feito de forma precipitada. Agora,
749tudo nesse processo foi feito de forma negociada como estão sendo todos os
750processos de criação de unidades de conservação por determinação desde o
751Presidente Lula, Presidente Dilma e a Ministra Isabela. Então o processo de
752criação ou ampliação de unidades de conservação sempre vai ser de um
753processo de negociação exaustiva com todos os segmentos da sociedade
754interessados, sejam eles do setor agrícola, do setor energético. Eu estou vendo
755aqui o pessoal do setor de Minas e energia, onde nós conversamos
756diariamente sobre isso, assim como todos os outros ministérios envolvidos.
757Muito obrigado a todos.

758

759

760 **SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Bom dia a todos. Eu acho
761que essa questão da Serra Vermelha o Brasil todo já sabe. Já saiu no Globo
762Repórter, no Globo Ecologia, na Globo News. É uma polêmica que gerou e que
763tem o Chico Mendes como um dos praticamente responsáveis pela não criação
764do Parque Nacional da Serra Vermelha. Quando o Instituto Chico Mendes teve
765a oportunidade de ampliar o Parque da Serra das Confusões, foi feito um
766rodeio para não incluir a Serra Vermelha, que está a maior biodiversidade do
767Nordeste. Agora, eu estranho que um agente público questione a uma lei, a
76811.248/2006, que estabelece as 11 formações florestais do domínio da Mata
769Atlântica Brasileira, que vai do Rio Grande do Sul ao Piauí, que vai da Mata
770Seca de Minas, vai ao Centro-Oeste e vai à região do Pantanal. Eu não sei
771como um agente público questiona leis, porque se nós temos leis, não existe a
772menor dúvida. É só cumprir a lei. Agora, se tem lei e não se cumpre, imagine
773quando não se tem lei. Com relação à ampliação do Parque da Serra das
774Confusões, em 299.000, quase 300.000 hectares, o Congresso Nacional
775aprovou o superávit do Tesouro no dia 22 de dezembro, autorizando o Chico
776Mendes a comprar terras para incorporar, só o que Chico Mendes não
777incorporou a terra do Parque da Serra Vermelha e nem criou o Parque
778Nacional da Serra Vermelha, quer dizer, foi só na demanda política. A
779demanda política, a prioridade do ex-governador que saiu, era a carvoaria, que
780já apareceu em tudo quanto foi de reportagem nacional. Então continua, Dr.
781Rômulo, as carvoarias, as carretas saindo da Serra Vermelha, a região que o

782 Instituto Chico Mendes não teve a coragem de incluir na ampliação do Parque
783 da Serra das Confusões. É uma questão política, é, porque o Governador do
784 Piauí vendeu o que não tinha e o Chico Mendes comprou o que não podia
785 comprar, porque o crédito foi autorizado pelo Congresso Nacional. Agora, o
786 Chico Mendes comprou terra sem o levantamento fundiário, sem o
787 levantamento cartorial, comprou terra mapeada pelo satélite. Isso é em
788 escândalo nacional, porque se o Chico Mendes e o IBAMA não têm dinheiro
789 para fiscalização e nem para preservação, nem para manutenção das unidades
790 de conservação, mas tem R\$ 150.000.000,00 para dar para o Governo do Piauí
791 para proteger as carvoarias. E mais grave, Dr. Rômulo: nós estamos pedindo
792 para uma revisão na posição do Chico Mendes, porque só repassou R\$
793 350.000.000,00 para o Governo do Piauí e que Governo do Piauí devolva esse
794 dinheiro, porque o Chico Mendes não pode passar mais R\$ 100.000.000,00
795 sem essa escritura, sem a titularidade dessas terras, sem a escritura de
796 propriedade que o Governo vendeu, até propriedade que está ocupada com
797 pequenos produtores, pequenos fazendeiros, com pequenos moradores, que é
798 ocupada com agricultura familiar. Isso é um escândalo nacional. É um
799 escândalo nacional. R\$ 150.000.000,00 de reais não são R\$ 150,00 e nem R\$
800 150.000,00. É muito dinheiro para comprar terra. Então, o que nós estamos
801 recomendando ao Chico Mendes é que o Chico Mendes reveja a ampliação do
802 Parque ou crie o Parque da Serra Vermelha, ou incorpore a área, porque já tem
803 documento do Poder Judiciário provando que aqueles 114.000 hectares e mais
804 outros foram grilados, que o Governo não incluiu, porque a prioridade era as
805 carvoarias. Então o Chico Mendes não poderia jamais comprar terra sem
806 escritura, sem titularidade, sem levantamento fundiário. Isso é em escândalo,
807 mas pode corrigir. Está certo que o Chico Mendes comprou baseado na
808 informação do Governo do Estado. Então o Chico Mendes estava de boa fé e o
809 Governo do Estado estava de má fé. Então anula o processo, porque o crédito
810 existe, mas dá para comprar a Serra Vermelha, dá para ampliar a Serra das
811 Confusões e talvez, Dr. Ainda sobre um troco para ampliar e conservar as
812 unidades de conservação no Brasil. Então a nossa proposta é que seja revista
813 e que seja devolvido esse dinheiro, que não seja repassado mais R\$
814 100.000.000,00 que seria um escândalo comprar terras que não existem nem a
815 titularidade e nem escritura de propriedade do ex-governador que saiu, que
816 vendeu o que não tinha. A prioridade era as carvoarias. O Brasil todo sabe do
817 escândalo nacional. Faça a revisão. Pode rever isso, que Brasil vai muito bem
818 reconhecer que será em grande ato do Instituto Chico Mendes. E não pode
819 questionar a lei. Eu vou terminar. Mas eu não quero questionar a lei. O que o
820 Dr. Rômulo hoje defende é a retirada do Piauí do mapa do IBGE, do mapa,
821 porque está incomodando sabe quem? A Mata Atlântica, Dr. Rômulo, está
822 incomodando as carvoarias, que é patrimônio nacional.

823

824

33

17

34

825 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós vamos encaminhar a votação
826 então. Os que concordam com a apresentação da moção pelo Dr. Francisco
827 Soares e os que não concordam com a moção. Eu peço que os que
828 acompanham a posição do Dr. Rômulo, que não concorda com essa moção,
829 por favor, ergam os seus crachás. Peço, por favor, os que acompanham a
830 posição do Dr. Francisco Soares, que levantem os seus crachás. A moção do
831 Dr. Francisco foi rejeitada. Vamos à próxima.

832

833

834 **SRª. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – A moção seguinte é uma
835 promoção de louvor à Vara Cível da Comarca de Clevilândia no Paraná, por
836 decisões que determinam que, em razão da construção de hidroelétricas, os
837 ribeirinhos do Rio Chopim não tenham as suas posses molestadas até que
838 uma proposta de indenização e reassentamento seja negociada e aprovada na
839 presença das instituições de defesa dos direitos das comunidades. Isso teve
840 pedido de vistas do Ministério das Minas e Energia e eu peço a Ceicilene para
841 falar.

842

843

844 **SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Primeiro, eu
845 gostaria de fazer uma observação com relação às moções de louvor de ordem
846 geral. Considerando que várias das moções que foram apresentadas ainda
847 tramitam no judiciário, é entendimento do Ministério de Minas e Energia que o
848 Conama não deveria se manifestar relativo a essas decisões. Agora, com
849 relação a essa moção de Clevilândia, nós tivemos algumas dificuldades em
850 elaborar o nosso parecer, tendo em vista que a moção não faz referência aos
851 casos específicos. Mas mesmo assim nós fizemos uma análise, um
852 levantamento dos processos que estão tramitando lá na Comarca e
853 identificamos duas situações que tratam desse tema. E as duas situações
854 justamente não retratam o que foi proposto pela moção. Na verdade, o que foi
855 decidido pelos juízes é que o cadastramento das famílias que serão atingidas
856 pela implantação dos reservatórios previstos seja feito com seu consentimento
857 e não que só haja uma autorização para a entrada na área se houve uma
858 decisão de indenização já posta. Tendo em vista as duas observações, nós
859 somos contra essa moção.

860

861

862 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – quem vai falar a favor da moção?

863

864

865 **SR. RAFAEL FELIPIN (AMAR)** – Muito bom dia. Eu fico muito apreensivo e
866 muito preocupado quando um colega Conselheiro vem à tribuna fazer ilações
867 de que nós estaríamos tentando induzir este Conselho em erro, sonogando
868 informações, falseando informações. E quando um colega Conselheiro vem a
869 esta tribuna fazer esse tipo de afirmação sem tomar o cuidado de no mínimo
870 consultar o colega Conselheiro que fez a proposta de moção, é algo, no
871 mínimo, arriscado, porque daí nós estamos ultrapassando a barreira da falta de
872 urbanidade, da falta de republicanismo que deveria pautar a relação entre os
873 conselheiros nesta Casa e estaríamos beirando o ilícito da difamação, o que é
874 extremamente desagradável, é extremamente pouco recomendável para todos
875 os colegas conselheiros que se fazem presentes e que usam a tribuna para
876 fazer defesa de seus pontos de vista. Apenas para esclarecer os colegas
877 conselheiros de que a Amar, o Ingá e todas as entidades da sociedade civil,
878 quando vêem expor informações para apreciação de Vossas Senhorias, o faz
879 como uma preocupação muito grande, em primeiro lugar com a verdade. Em
880 lugar, com a legitimidade do pleito que está sendo mostrado aqui e, em terceiro
881 lugar, toma o cuidado de não ferir suscetibilidades, de não ferir os sentimentos
882 pessoais dos outros colegas conselheiros, o que felizmente e com a devida
883 vênua, eu sou obrigado a concluir que não foi o caso nessa manifestação do
884 Ministério de Minas e Energia com relação ao pedido de vistas. Apenas para
885 que fique claro: existe uma decisão judicial proferida em Ação Civil Pública
886 proposta pelo Ministério Público Estadual do Estado do Paraná cujo
887 representante faz parte aqui deste Conselho e que se alguém duvida que isso
888 tenha acontecido, pois então que ele seja interpelado para dizer o contrário. O
889 Ministério Público do Estado do Paraná obteve uma decisão preliminar dizendo
890 o seguinte: não será avançado o processo de licenciamento ambiental
891 enquanto as condicionantes do licenciamento não forem integralmente
892 cumpridas, e dentre elas está a necessidade de uma proposta de indenização
893 para as comunidades ribeirinhas do Rio Chopim, coisa que foi definida em
894 função daquilo que já foi discutido e decidido pelo Conselho de Defesa dos
895 Direitos da Pessoa Humana em um Grupo de Trabalho que o Ministério das
896 Minas e Energia tomou parte e que, obviamente, fez as suas considerações, de
897 maneira contrária geralmente, mas que, ao final e ao cabo, o Conselho aprovou
898 que não se pode mais discutir indenizações de pessoas afetadas por grandes
899 obras de infraestrutura sem que haja uma negociação prévia, coletiva e na
900 presença de instituições de defesa dos direitos dos cidadãos. Eu vou
901 encaminhar, Sr. Presidente e eu vou encaminhar no seguinte sentido: nós não
902 mentimos na Resolução. Nós estamos trazendo aqui uma demanda, uma
903 agenda, que é a agenda da sociedade civil e se nós não pudermos trazer
904 essas agendas ao Conama para que elas sejam tratadas de maneira
905 republicana, de maneira madura, de maneira tranquila, nós teremos que
906 continuar buscando outras instâncias para discutir as nossas agendas. Nós
907 queremos que o Conama seja um órgão, não que vá se posicionar contra ou
908 favor. A moção nasce trata disso. É uma moção de louvor em função do que?
909 De uma decisão do Estado Brasileiro de não permitir a transgressão dos
910 direitos de um conjunto de cidadãos. Nós estamos dizendo o seguinte: olha,
911 isso é importante ser trazido para o Conama para que não volte mais a
912 acontecer, para que o Conama se sensibilize diante de uma outra decisão, de
913 outra instância do nosso Estado Brasileiro para que isso não volte mais a
914 acontecer. Se o Conama acha que isso pode continuar acontecendo, que essa

915 agenda não tem importância ou pior: acreditar que nós estamos mentindo aqui
916 em Plenário, tudo bem. Podem rejeitar a moção. Não tem problema nenhum.
917 Muito Obrigado, Senhor Presidente.

918

919

920 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós vamos votar. As posições estão
921 muito claras. Esse assunto já foi discutido à exaustão.

922

923

924 **A SRª. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Eu e o
925 Ministério de Minas e Energia fomos agredidos.

926

927

928 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Eles também se sentiram agredidos.
929 Então ficou um a um. Vamos votar, por favor, a moção então. Os que são a
930 favor da moção de louvor apresentada pela Amar e pela Ingá, por favor, se
931 manifestem. Os que são a favor à rejeição de moção, por favor, se manifestem.
932 Essa nós vamos ter que contar de novo. Os que são a favor da moção de
933 louvor apresentada pelas duas ONGs aqui mencionadas? Os que são
934 contrários à moção apresentada? Então a moção foi rejeitada. Vamos à
935 próxima, por favor.

936

937

938 **A SRª. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – A próxima é uma proposta
939 também de moção de louvor. É uma Vara Ambiental Federal Agrária e Residual
940 de Curitiba, que decidiu pelo início do processo de remediação das áreas da
941 Vila Mota e da Capelinha, no Paraná, Adrianópolis, e o acompanhamento e
942 tratamento da saúde dos cidadãos contaminados. Teve também pedido de
943 vistas pelo MME. Elder.

944

945

946 **O SR. HELDER NAVES TORRES (MME)** - Bom dia, Conselheiros. Sou do MME.
947 A posição nossa é, como a Ceicilene já adiantou, é que essa matéria ainda não
948 foi tramitada em julgado e, portanto, não deve ter uma manifestação do
949 Conama enquanto não houver essa decisão final. Consideramos que o
950 Conama tem uma importância enorme em decisões que são tomadas aqui. E,
951 portanto, encaminhamos contrários a essa Resolução devido a essa
952 motivação. E eu só queria colocar para o nosso colega representante aqui que
953 ele mencionou que o Ministério não o procurou quando nós pedimos vistas
954 para estar discutindo o assunto. Coincidentemente, ele também não nos
955 procurou quando ele fez a proposta da moção. Em algumas situações já
956 aconteceu que algum Conselheiro faria uma proposta de moção. Nós
957 conversamos, discutimos, inclusive resolvermos problemas de mineração.
958 Então o Ministério, caro colega e caros colegas, continua aberto a qualquer
959 discussão, a qualquer debate, inclusive para que possamos resolver os
960 problemas e não trazer aqui ações prematuras que possam levar o Conama a
961 tomar decisões que ainda não foram tomadas no judiciário. Obrigado.

962

963

964 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Encaminhamento pela moção.

965

966

967 **O SR. RAFAEL FELIPIN (AMAR)**- Senhor presidente, mais uma vez Rafael,
968 pela AMAR. Eu discordo do Conselheiro. Nós tivemos uma conversa ali
969 naquele canto, na presença da Conselheira Zuleica Nicks, titular dessa
970 ocupação e naquela ocasião nós havíamos debatido exatamente essa questão.
971 Mas eu não quero entrar nesse debate. Eu acho que ele é muito rasteiro e nós
972 precisamos efetivamente pautar algo que é importante e que é o resgate de
973 duas comunidades com mais de 1300 pessoas, que estão sendo resgatadas
974 graças a uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Subprograma (...), que
975 identificou a necessidade de uma série de providências. O Ministério da Saúde
976 elaborou uma avaliação de risco, algo que está previsto nas resoluções daqui
977 da casa, em especial a 420, de 2009 e elaborando essa avaliação de riscos,
978 estabeleceu um protocolo de ações absolutamente imprescindíveis para o
979 resgate da dignidade daquelas 1300 pessoas que vivem diretamente na região
980 contaminada. Eu tenho certeza que os colegas aqui conhecem o caso de Santo
981 Amaro da Purificação, conhecem também o caso de Boqueira e obviamente
982 devem ter ouvido falar do caso de Adrianópolis, porque são os sítios mais
983 contaminados por chumbo do país e, inclusive pela mesma empresa. Esses
984 casos precisam de um tratamento imediato por parte das instituições e o
985 Ministério da Saúde fez a sua parte, identificando as providências que
986 precisavam ser tomadas. Infelizmente, por uma série de motivos, essas
987 providências e em especial o tratamento das pessoas contaminadas não foi
988 levado adiante e foi absolutamente imprescindível e necessário que a
989 sociedade civil organizada fosse pleitear em outra instância o cumprimento
990 integral das recomendações do Ministério da Saúde. Então me chama atenção,
991 senhor Presidente, que uma moção que visa fazer com que este Conselheiro
992 tome consciência a respeito das iniciativas exitosas do Ministério da Saúde,
993 sejam agora contestado por outro Ministério do mesmo Governo. Isso, para
994 mim, é incompreensível e é por isso que nós vamos pedir encarecidamente
995 para os colegas conselheiros que aprovem a nossa moção. Muito obrigado.

996

997

998 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Vamos processar a votação. Gurgel,
999 nós estamos encaminhando diretamente. Vai ter uma terceira que é do mesmo
1000 tipo. Então, se for o caso, se você tiver uma posição, seja de uma ou seja de
1001 outra, proponha-se a falar no lugar de um dos representantes, porque essa
1002 discussão é uma discussão que não tem uma expectativa de aprofundar a
1003 discussão.

1004

1005

1006 **O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Questão
1007 de Ordem. Bom dia a todos. Senhor Presidente, nós temos aqui
1008 encaminhamento de moções que vêm a ser, conforme o art. 10º do nosso
1009 Regimento, uma alternativa de uma manifestação este Conselho. Ocorre que,
1010 independente de a favor ou contra a proposta, nós temos percebido que estão

1011fazendo moções a decisões de primeiro grau da justiça e quando isso for
1012julgado em grau superior? Como vai ficar a manifestação...

1013

1014

1015**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Isso não é uma questão de ordem.

1016Isso é uma manifestação favorável ao encaminhamento do Ministério de Minas

1017e Energia. Obrigado.

1018

1019

1020**O SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Eu não

1021entendo, senhor Presidente, porque regimentalmente nós devemos prezar pelo

1022encaminhamento do instrumento correto.

1023

1024

1025**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Gurgel, veja bem: o Conama é

1026soberano para tomar decisões, as mais às vezes que caso não concordem,

1027que eventualmente são discutíveis do ponto de vista da justiça. Essa é posição

1028do Ministério de Minas e Energia. Nós temos que processar as discussões. Eu

1029não acho correto aqui nós cercearmos a posição da discussão, mesmo que as

1030posições sejam as mais estapafúrdias possíveis. Isso faz parte da nossa

1031cultura também. Nós temos discutido assuntos aqui muito mais complicados. A

1032fala da posição do Rafael é uma fala de manifestações em primeiro grau.

1033Manifestações em relação a transitado em julgado na justiça, me desculpem os

1034nossos advogados aqui presentes, mas transitado em julgado é uma coisa que

1035se aproxima do atemporal tamanhos os problemas que nós temos de lentidão

1036da justiça. Então vamos processar as coisas e discutir numa boa. Vamos em

1037frente aqui então, rapidamente o seguinte: nós temos a posição... É um caso

1038análogo. Os que são a favor da manifestação de louvor proposta pelo Rafael?

1039Os que são contrários? A moção foi rejeitada novamente. Um placar

1040semelhante ao anterior. Vamos à terceira.

1041

1042

1043**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Também uma moção de louvor

1044a uma decisão da Vara de Londrina, Federal e ao TRF da 4^a Região, por uma

1045sentença e um acórdão em ação civil pública que exigiu a realização da prévia

1046avaliação ambiental integrada e estratégica de toda a bacia do rio Tibagi.

1047Também apresentada pela Amar e Ingá e pedido de vistas do MME.

1048

1049

1050**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Eu pergunto aos dois se vocês

1051poderiam abrir mão da fala e nós processarmos imediatamente a votação. Ou

1052vocês gostariam de falar a respeito, se manifestar a favor ou da rejeição da

1053moção? Isso caracteriza uma situação diferente ou é o mesmo caso anterior e

1054nós podemos proceder imediatamente à votação? Então vamos em frente. Os

1055que são a favor... Vamos abrir a palavra para os dois se manifestarem pela

1056moção e pela rejeição. Pela rejeição é a Ceicilene.

1057

1058

1059**A SR^a. MARIA CEICILENE ARAGÃO MARTINS REGO (MME)** – Eu passo a

1060palavra para o representante de Pernambuco.

1061

1062

1063 **SR. HÉLIO GURGEL CAVALCANTI (Governo de Pernambuco)** – Sr.
1064 Presidente, senhores conselheiros, tivemos a felicidade de encontrar o colega
1065 trazendo aqui algumas decisões favoráveis, mas se formos coletá-las nas
1066 decisões judiciais do Brasil, estas próximas reuniões do Conama serão em
1067 louvor, sob pena de injustiça àqueles que não foram louvados. Era isso que
1068 tinha que colocar. Decisão judicial é obrigação deles. Não tem que ser louvado
1069 por ninguém.

1070

1071

1072 **SR. RAFAEL FELIPIN (AMAR)** - Colegas conselheiros, gostaria de louvar
1073 sempre que uma decisão importante e favorável à dignidade de pessoa
1074 humana fosse tomada nesse país. Pudera eu trazer aqui uma lista interminável
1075 de moções a tudo de bom que este país produz. Colega Conselheiro, sem
1076 sobra de dúvida é um *gentleman* e sabe conduzir a discussão. Nós tivemos
1077 oportunidades de nos encontrar em outras circunstâncias e eu tenho certeza
1078 que esse debate vai ser muito importante. Agora, eu só salientar uma única
1079 coisa: não se trata mais de uma decisão em torno de primeira instância. Agora
1080 temos uma decisão de segunda instância, mas esse não é o caso. Aqui nessa
1081 moção, a sociedade civil organizada sinaliza para não só o Conama, mas
1082 principalmente para os órgãos ambientais que se fazem presentes aqui hoje:
1083 nós não podemos mais conduzir os processos de licenciamento ambiental de
1084 grandes obras de infraestrutura como fazíamos antes. Com o advento da
1085 Convenção da Diversidade Biológica não há mais condições... Não vou nem
1086 falar jurídicas, mas não há condições técnicas de não se levar em
1087 consideração os efeitos sinérgicos combinados e em cadeia que esses
1088 empreendimentos de infraestrutura geram. Nós temos tido a necessidade de
1089 recorrer ao Poder Judiciário porque alguns órgãos ainda resistem em
1090 incorporar esse *standard* que hoje considerado é considerado estado da arte
1091 do licenciamento. Nós temos vários órgãos ambientais, inclusive o IBAMA, que
1092 adotam a avaliação ambiental integrada ou estratégica. Agora, há órgãos
1093 ambientais que ainda resistem em incorporar esse importante instrumento de
1094 planejamento e de avaliação de impactos e dizer que esse instrumento não
1095 está presente na legislação brasileira. Então nós estamos relegando à
1096 ilegalidade todos os outros processos de licenciamento que já estão
1097 incorporando esse instrumento de avaliação. Nós temos então que tomar uma
1098 decisão: ou a avaliação ambiental integrada prevista na Convenção da
1099 Diversidade Biológica que foi inclusive objeto da tese de doutorado da nossa
1100 Ministra é um instrumento que está presente e é o estado da arte na avaliação
1101 dos impactos ou não. Ou é algo que nós podemos deixar de lado, podemos
1102 deixar em uma gaveta qualquer e não vamos utilizar mais. É isso que se está
1103 expondo e precisando da manifestação de Vossas Senhorias. Muito obrigado.

1104

1105

1106 **SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Os que são a favor da manifestação
1107 de louvor, por favor, ergam os seus crachás. Os que são contrários a
1108 manifestação de louvor, por favor, ergam os seus crachás. A moção foi
1109 rejeitada.

1110

1111

1112A **SRª. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Aqui uma moção dirigida ao
1113MMA e ao ICMBio para que tomem providências com vistas á preservação dos
1114Sítios Ramsar para atender a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância
1115Internacional. Nós temos a servidora do Ministério do Meio Ambiente, Maria
1116Raquel.

1117

1118

1119**O SR. JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO (CNA)** – Bom dia a
1120todos. Ai minha questão de ordem não tem nada a ver em relação a nenhuma
1121dessas moções em cima do teor que está escrito em cima delas. A minha
1122solicitação é que nós observemos o Regimento Interno em relação à moção e
1123recomendação, porque algumas moções que nós vamos votar agora até
1124iniciam o seu pedido como uma recomendação ou um requerimento. Então eu
1125acredito que a moção, como diz o Regimento Interno, tem uma função muito
1126clara, como diz aqui, quando se tratar da manifestação relevante e em relação
1127à recomendação, quando se tratar de manifestação acerca de implementação
1128de políticas públicas. Então são coisas bem... Fica uma coisa muito... Na
1129apresentação para qualquer órgão que nós estamos encaminhando a moção
1130ou recomendação fica feio nós mesmos não estarmos seguindo o que diz o
1131nosso Regimento Interno. Então eu só peço que sempre que uma moção for
1132apresentada a essa Plenária, que primeiro seja observada qual é a função
1133dela: se vai ser como uma moção mesmo ou uma recomendação e que a Mesa
1134já apresente o pedido para que seja... Não tirando o prazo, lógico. Agora nós
1135temos prazo, mas que seja feita uma readequação em cima do pedido do
1136documento.

1137

1138

1139**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Esse filtro precisa ser melhor
1140calibrado, João, e a dificuldade reside no fato de que as pessoas, geralmente
1141os interessados, querem que o assunto seja tratado enquanto moção. Nós nos
1142comprometemos a buscar melhorar esse filtro. Nós vamos então à moção em
1143pauta aqui envolvendo a FURPA e o Ministério do Meio Ambiente.

1144

1145

1146**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O que nós temos aqui
1147chamando a atenção é o presente signatário da Convenção de Zonas Úmidas
1148de Importância Internacional, que é a Convenção de Ramsar. Essa área existe
1149três locais, um Parque Estadual Marinho, (...) em Manoel Luis, Área de
1150Proteção Ambiental de Reentrâncias Maranhense e Área de Proteção
1151Ambiental da Baixada Maranhense. Existe um projeto e proposta que para ser
1152construído em torno de 60 quilômetros de diques em dois metros de altura,
1153uma área que já tem Convenção, o Brasil é signatário, e nesse caso como
1154falava aí, pode ser uma recomendação, uma moção de recomendação ao
1155Governo do Maranhão e de todos os órgãos que estão instruídos, que
1156respeitem as convenções que o Brasil é signatário e que esses
1157empreendimentos não poderiam jamais serem construídos em áreas que já
1158estão protegidas por convenções internacionais e afeta consideravelmente a
1159proteção da área se forem feitas intervenções de grandes áreas em uma área
1160que já está reconhecida na Convenção Internacional.

1161

1162

1163 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Alguma complementação? Nós
1164 combinamos que faria apenas uma manifestação a favor e uma contrária.

1165

1166

1167 **O SR. LUTTI (Planeta Verde)** – A proposta de que seja respeitada na moção.
1168 Consultando o Francisco, respeitada a legislação que todo mundo tem, que o
1169 Governo do Maranhão leve em consideração no licenciamento a Convenção de
1170 Ramsar.

1171

1172

1173 **A SRª. RAQUEL (SBF)** - Bom dia. Só para esclarecer então a posição da
1174 Secretária de Biodiversidade e Floresta e a Gerência de Biodiversidade
1175 Aquática, que é o ponto focal, tanto administrativo como técnico da Convenção
1176 de Ramsar no Brasil. A Convenção de Ramsar no Brasil tem o Comitê Nacional
1177 de Zonas Úmidas, que reúne vários representantes, entre eles a ABEMA e os
1178 representantes dos gestores dos Sítios Ramsar no Brasil e coincidentemente o
1179 representante da ABEMA nessa gestão é do Governo do Maranhão. Nós
1180 estamos com uma proximidade muito grande com a Secretaria do Maranhão e
1181 temos acompanhado essas ameaças, esses fatos que estão ocorrendo nos
1182 sítios Ramsar. O que a Secretária, como ponto focal, tem desenvolvido, é um
1183 acompanhamento tanto de relatar isso à Convenção. Isso acabou de ser feito
1184 como levantamentos de principais ameaças dos sítios Ramsar ao Secretariado
1185 da Convenção de Ramsar através dos relatórios que nós encaminhamos, que
1186 são periodicamente atualizados quanto às ameaças e temos também ações
1187 muito importantes, que são aquelas relacionadas à capacitação dos gestores,
1188 que isso é uma parte muito importante que nós estamos tentando fazer
1189 também através da representação que nós temos um outro setor do Comitê
1190 Nacional de Zonas Húmidas, para ajudar esses gestores, para entender essas
1191 ameaças, para entender o contexto dessas ameaças e poder responder à
1192 Convenção, já que ela prima pelos seus três pilares, que é a conservação das
1193 zonas úmidas, a cooperação internacional e o uso racional dos recursos que
1194 essas zonas úmidas provêm. Então estamos acompanhando sim esse
1195 processo, já pedimos inclusive para ver o processo em relação a esse projeto
1196 das barragens e diques no caso da baixada maranhense. Só para
1197 esclarecimento e acompanhamento da SBF. Obrigada.

1198

1199

1200 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Os que são a favor da moção
1201 apresentada pelo Dr. Francisco, por favor, se manifestem. Os que são
1202 contrários à manifestação. A moção foi rejeitada. Nós temos mais duas moções
1203 semelhantes, que eu pediria ao Dr. Francisco quando nós apresentar, nos
1204 apresentar em conjunto as relacionadas ao babaçu e as relacionadas a
1205 Colinas, e depois as posições contrárias serão apresentadas em conjunto
1206 também.

1207

1208

1209 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu queria só mudar
1210 um pouco. Em vez de ser uma moção, um pedido de informação, porque no

1211 caso, existe a lei que foi aprovada, existe o extrativismo da área do babaçu,
1212 que é o mais forte instrumento do Maranhão além do Piauí e Tocantins e Pará,
1213 é o extrativismo do babaçu. Então uma lei que de fato permite a derrubada
1214 desse babaçu, aí vai tirar o sustento de muitas mães quebradeiras de coco que
1215 vivem da quebra do coco. Então essa lei, que foi considerada lei anti-babaçu,
1216 nós temos o pedido de informação que seja feita ao Governo do Estado e tudo
1217 mais e, se possível, com recomendação: se essa lei existe, o próprio
1218 Governador pode revogar uma lei dessas que afeta diretamente o extrativismo
1219 propriamente como fosse dos seringais da Amazônia, dos babaçuais, do
1220 pequizeiro. Então afeta diretamente as populações tradicionais que vivem do
1221 extrativismo no campo. Então eu peço esse pedido de informações
1222 acompanhado da recomendação, se é que existe, para que se preservem os
1223 babaçuais, que é o sustento de muitas pessoas nessa região.

1224

1225

1226 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Nós vamos fazer o seguinte então:
1227 nós vamos, na próxima reunião, providenciar um informe sobre essa questão
1228 do babaçu no Maranhão, para que possa haver uma elucidação, um
1229 esclarecimento sobre o *status* do problema. Vamos passar então para Colinas,
1230 então. Dr. Francisco Soares.

1231

1232

1233 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A questão de Colinas
1234 é que está havendo muito desmatamento, está havendo muita atividade
1235 predatória lá. As instituições de meio ambiente, as ONGs já denunciaram.
1236 Então eu acho que essa moção teria que ser, no caso, o próprio IBAMA que
1237 faça uma fiscalização rigorosa e leve a Polícia Federal, porque afinal de contas
1238 o que está acontecendo lá é um desastre mesmo. Então se o IBAMA está sem
1239 fiscais, então que o Conama recomende que o IBAMA e o próprio Instituto
1240 Chico Mendes façam e coíbam. Se tem licenciamento para desmatamento,
1241 reveja esse licenciamento. Não pode acontecer isso. Se falta funcionário,
1242 alguém para fiscalizar, o que não pode é acontecer o que está acontecendo lá
1243 na região de Colinas, no Maranhão. Então seria isso. Seria a recomendação ao
1244 IBAMA e ao Instituto Chico Mendes para que eles compareçam à área, façam
1245 uma análise do que está acontecendo lá.

1246

1247

1248 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Márcio, do IBAMA.

1249

1250

1251 **O SR. MÁRCIO DE FREITAS (IBAMA)** – Naturalmente em se tratando de uma
1252 recomendação, nós não teríamos nada a opor a uma recomendação de que o
1253 IBAMA intensifique a sua fiscalização na área. Como moção, nós não
1254 entendemos muito bem o princípio da moção, uma vez que o IBAMA tem
1255 atuado na área e tem feito atuações lá. Temos 53 atuações nos últimos anos
1256 e está previsto em 2012, dentro do nosso Plano de Preservação do Cerrado,
1257 uma intensificação da fiscalização nessa região. Então não há omissão do
1258 IBAMA. Talvez e naturalmente isso ocorre não só nessa região, como em
1259 outras, a fiscalização não seja suficiente para coibir ilegalidades, mas que nós
1260 estamos atuando na área, estamos. Portanto, como recomendação de

1261intensificação, nós acatamos. Como moção, nós não entendemos muito bem o
1262sentido da moção.

1263

1264

1265**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Eu só quero perguntar uma coisa para
1266o senhor. Eu quero perguntar para o senhor.

1267

1268

1269**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Uma moção de
1270recomendação ao IBAMA...

1271

1272

1273**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – A pergunta, Dr. Francisco, é se esse
1274esclarecimento, para o senhor, é suficiente ou se o senhor gostaria que fosse
1275votada a moção.

1276

1277

1278**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu gostaria que fosse
1279recomendado ao IBAMA fazer uma fiscalização e verificar todo o processo de
1280licenciamento, inclusive de Serrarias.

1281

1282

1283**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Uma transformação em
1284recomendação, é isso que o senhor está propondo?

1285

1286

1287**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Exatamente. Que o
1288IBAMA faça o que? Fiscalizar e verificar. Depois, em outra reunião, ele presta
1289informação.

1290

1291

1292**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Então nós vamos transformar
1293esse pedido de moção em uma recomendação. Nós temos uma proposta de
1294moção dirigida ao Ministério e ao IBAMA para que apresente à Plenária... Essa
1295já foi apresentada antes, a de licenciamento ambiental das usinas nucleares.

1296

1297

1298**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Ela já foi apresentada, já foi
1299rejeitada em duas ou três reuniões: na 100^a, pelo menos e na 102^a.
1300Ligeiramente diferente, ela é reapresentada agora.

1301

1302

1303**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Sr. Francisco, como foi reapresentada
1304pela FURPA, eu pergunto ao senhor se o senhor gostaria que ela fosse
1305submetida novamente à votação ou se nós podemos dar um tempo para que
1306esse assunto seja tratado de outra forma, oportunamente, porque eu acho que
1307não faz sentido. Está muito recente.

1308

1309

1310 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Ela foi representada
1311 com outro teor, porque nós não estávamos presentes, não tinha relator e a
1312 matéria foi prejudicada dizendo que não era competência do Conama tratar
1313 daquele assunto. Agora nós estamos colocando que o IBAMA, que faz parte do
1314 SISNAMA, apresente aqui a este Plenário informações sobre o processo de
1315 licenciamento das três usinas nucleares: Angra I, Angra II e a futura Angra III.
1316 Então, o que o IBAMA teria que fazer nada mais, que há muitas informações
1317 desconhecidas. Eu acho que o IBAMA, que tem que o processo em mãos,
1318 poderia muito bem, na próxima reunião, apresentar aqui o processo de
1319 licenciamento das três usinas nucleares, inclusive mostrando o Plano de
1320 Contingência no caso de um acidente nuclear.

1321

1322

1323 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Dr. Francisco, o senhor consideraria a
1324 hipótese de transformar essa moção em um pedido de informação sobre uma...
1325 As três ao mesmo tempo, mas...

1326

1327

1328 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Pode ser informações.
1329 Ele vai trazer essa moção... É informação.

1330

1331

1332 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Então nós vamos discutir com o
1333 IBAMA a transformação dessa moção em pedido de informação e
1334 oportunamente trazer ao Plenário... Não sei se três juntas, porque são
1335 assuntos muito diferentes, mas vamos conversar com o pessoal para
1336 organizar, porque nós não podemos usar o espaço do IBAMA para gastar
1337 muito... Mas nós vamos escalonar se não em uma só, em duas ou três
1338 reuniões esse pedido de informação.

1339

1340

1341 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Ele tem o processo de
1342 todas. Eu acho que ele poderia prestar essa informação aqui, detalhada.

1343

1344

1345 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Está bom. Obrigado. Bom, proposta
1346 de moção dirigida ao IBAMA para que suspenda as licenças prévias de
1347 hidrelétricas (...) em Amarante e São Francisco. A proposta é apresentada pela
1348 FURPA... Já foi rejeitada essa proposta.

1349

1350

1351 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Na 100^a e na 102^a.

1352

1353

1354 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu acho que ela não
1355 foi, porque quando na época saiu, só tinha 2 licenças. Agora nós temos 4
1356 licenças. E foi apresentada para suspender das cinco, mas estamos sabendo
1357 que só existe 4. Então nós queríamos colocar que até ontem eu apresentei
1358 aqui um movimento muito grande da população, até porque as 4 hidroelétricas
1359 juntas só produzirão em torno do 450 megawatts. É muito pouca energia.

1360Outra: os impactos socioambientais são muito grandes. O que nós
1361questionamos já existe. O ministério Público já questionou juridicamente, já se
1362encontra na justiça federal um pedido de liminar para que a ANEEL não leve,
1363viu, Secretário? Já existe na Justiça Federal uma Ação Civil Pública com
1364pedido de liminar para suspender o leilão da ANEEL do dia 20 de dezembro,
1365previsto para Recife, a chamada A5, porque o processo de licenciamento das
1366cinco foram considerados totalmente incompletos, não respeitaram a
1367Resolução 01/86 do Conama. Não tem eclusas. Não tem (...). Foram
1368subestimadas as populações ribeirinhas e pela produção de energia,
1369considerada anti-econômica e há informações desencontradas. Só uma
1370hidrelétrica vai inundar uma área de 77 km de área. Então nesse caso, nós
1371estamos colocando para que seja feita essa recomendação, porque já existe o
1372processo na justiça para impedir que esse leilão aconteça, porque foi
1373considerado totalmente irregular e o IBAMA ainda pode corrigir e suspender
1374essa licença prévia.

1375

1376

1377**O SR. MÁRCIO DE FREITAS (IBAMA)** – Essa moção já foi rejeitada em outras
1378ocasiões. Nós não temos nenhuma razão para rever as licenças que foram
1379dadas, porque elas foram fruto de todo o rito do processo do licenciamento.
1380Não há nenhuma irregularidade no processo e inclusive algumas licenças...
1381Uma licença foi negada dos 7 empreendimentos previstos lá. Dos 6 que
1382entraram em processo do licenciamento, uma LP foi negada em função
1383justamente dos problemas decorrentes, principalmente da questão da
1384ictiofauna e do transporte hidroviário na região. Portanto, o IBAMA está
1385fazendo o seu papel. Fez as audiências públicas, cumpriu com todo o rito do
1386licenciamento. Não há nenhuma razão de nós revermos isso. As incertezas do
1387processo estão previstas nas recomendações da licença previa para serem
1388avaliadas durante a licença de instalação. Portanto, não há nenhuma razão do
1389ponto de vista do IBAMA em rever esses processos e, naturalmente, ele está
1390se dando dentro de legalidade do rito previsto para a licença.

1391

1392

1393**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Está em votação então. Os que são a
1394favor da moção, por favor, se manifestem. Os que são contrários a moção, por
1395favor, se manifestem. A moção foi rejeitada. Bom, aqui tem uma questão que
1396eu gostaria de submeter ao Plenário. Nós recebemos mais 8 propostas de
1397moção agora nessa Plenária. Eu proporia que nós avaliássemos aqui se é o
1398caso de nós apressarmos ou se nós reavaliaríamos e discutiríamos na próxima
1399Plenária à luz inclusive da ponderação feita pelo João da CNI anteriormente.
1400Algumas são moções, algumas são recomendações. Inclusive tem aqui de
1401novo uma moção de novo em relação a estreito para a próxima, essa que
1402acabou de ser rejeitada. Então nós entendemos que o ideal seria que elas
1403fossem apresentadas na próxima reunião. Agora, gostaríamos de ouvir vocês,
1404se vocês preferem que elas sejam apreciadas nessa reunião.

1405

1406

1407**A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – O Regimento foi aprovado no
1408dia 18 e diz que as moções têm que ser apresentadas com 18 dias da

1409antecedência, de forma o que Departamento de Apoio ao Conama pautar e
1410todos tenham conhecimento prévio à Plenária.

1411

1412

1413**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – O certo é que essas
1414moções que foram apresentadas não podem atender o novo Regimento
1415Interno, até porque a publicação do novo Regimento não deu tempo suficiente
1416para que isso acontecesse.

1417

1418

1419**O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Perfeito. Eu coloquei dessa forma
1420porque o Regimento... Nós não gostaríamos de recorrer ao Regimento nesse
1421momento de transição. Por isso nós estamos colocando para discussão se
1422você entendem que nós podemos processá-lo na próxima reunião ou se
1423você preferem discutir aqui.

1424

1425

1426**O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – Eu defendo que seja
1427discutido aqui, porque essas que foram apresentadas, inclusive do vazamento
1428de óleo lá na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro, precisam que se dê uma
1429resposta, que até o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado
1430estão discutindo, e o Conselho Nacional de Meio Ambiente, que é a pertinente
1431à questão ambiental não pode ficar omissa e prestar uma resposta logo para a
1432sociedade.

1433

1434

1435**O SR. RAFAEL FELIPIN (AMAR)** - Sr. Presidente, eu queria contar com a
1436paciência dos conselheiros e encaminhar à votação essas propostas, na
1437medida em que nós poderíamos limpar a pauta dessas propostas de moção e
1438talvez, como nós havíamos discutido na reunião preparatória a esta Reunião
1439Plenária, encontrar uma outra maneira de encaminhar as agendas da
1440sociedade civil, que talvez não seja o caso de fazer por meio das propostas de
1441moção, mas talvez por outro instrumento que seja mais adequado e assim nós
1442poderíamos avançar no debate de questões importantes. É certo que algumas
1443das propostas que estão em mesa perderiam assim o seu... Não o seu objeto,
1444mas perderiam a oportunidade se fossem apreciadas em um segundo
1445momento. Aproveitaríamos que estamos com o Plenário cheio e estaríamos
1446enfim, limpando a pauta do Conama e eu acredito que não há prejuízo nenhum
1447para que isso tudo seja aprovado hoje ou enfim, rejeitado.

1448

1449

1450**A SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** - Embora seja de interesse de
1451todos ter a pauta mais limpa possível, eu queria pedir um esclarecimento à
1452Mesa, porque especificamente em relação a essa moção que acabou de ser
1453mencionada, do óleo, parece que foi apresentada à Mesa ontem e foi votada se
1454ela estaria em regime de urgência ou não e foi rejeitada. EU queria confirmar
1455se isso ocorreu de fato.

1456

1457

1458 **A SR^a. ADRIANA MANDARINO (DConama)** – Foi isso. Se ela estivesse em
1459 regime de urgência, ela iria furar a fila e entraria ontem. Só que agora a
1460 discussão é saber se ela entra em uma regra de transição nesse final de pauta,
1461 ou se não existe essa regra de transição e ela tem que ser pautada para a
1462 próxima.

1463

1464

1465 **A SR^a. MARIA CRISTINA YUAN (CNI/IBS)** - Eu só queria deixar aqui o meu
1466 posicionamento. Se foi uma visão do Conselho de que o assunto merecia uma
1467 melhor avaliação, eu sugeriria que fosse deixada para a próxima reunião.

1468

1469

1470 **O SR. VOLNEY ZANARDI JÚNIOR (MMA)** – O que aconteceu com aquela
1471 proposta de moção relacionada à questão do derramamento de óleo na Bacia
1472 de Campos, foi rejeitada a urgência. Então ela tem um tratamento normal e ela
1473 não é necessariamente avaliada nessa reunião. Ela pode ter um pedido de
1474 vista, por exemplo, o que não seria o caso se ela estivesse em urgência. Então
1475 essa é a diferença. Ela entrou como qualquer outra das outras 7 ou 8 que
1476 foram entregues ontem. É esse o procedimento. Feito o esclarecimento?

1477

1478

1479 **O SR. FRANCISCO GAETANI (MMA)** – Bom, com o objetivo de
1480 instrumentalizar uma decisão sobre esse assunto, nós vamos encaminhar o
1481 pedido de vistas para todas essas moções aqui, para que elas sejam
1482 apreciadas na próxima reunião e vamos submetê-las à votação. Se a posição
1483 prevalecer, vão ser todas analisadas na próxima. Se não prevalecer, nós
1484 vamos uma por uma. Então a Mesa está encaminhando proposta de pedido de
1485 vista de todas essas moções, para que elas sejam divulgadas para todo
1486 mundo, discutidas, filtradas, repensadas e processadas na próxima reunião do
1487 Conama. Eu peço que aqueles que se considerem a favor da posição, ergam
1488 os seus crachás, por favor. Os que defendem que uma ou mais sejam
1489 discutidas hoje? Prevaleceu então o acatamento do pedido de vista para as
1490 moções e vão ser analisadas na próxima reunião. Nós estamos encerrando
1491 então a nossa reunião. Parabéns a todos. Vemo-nos em 2012.